

Mailson insiste em proteger reservas

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não alterou seu discurso ontem, durante almoço de duas horas com o presidente do Citibank — principal credor do Brasil —, John Reed: reafirmou a disposição do governo de somente efetuar os pagamentos devidos aos bancos internacionais se o nível das reservas cambiais “estiver satisfatório”, embora não pretenda “formalizar um pedido de moratória ou a suspensão indefinida dos pagamentos.” Mailson chegou a referir-se a Reed como “um aliado” disposto a interceder junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para regularizar o fluxo de recursos ao Brasil.

O tom da entrevista coletiva do ministro, ao final do almoço onde também estavam o presi-

dente do Banco Central, Wadico Bucchi, e o negociador da dívida externa, Arnim Lôre, foi no sentido de demonstrar que em momento algum Reed conduziu as conversas para convencer o Brasil da necessidade de manter o fluxo dos pagamentos aos bancos credores, como a parcela de US\$ 2,3 bilhões que vence no próximo mês e os outros US\$ 1,4 bilhão até o fim do ano. “Pelo contrário”, reagiu Mailson, insistindo em que o presidente do Citibank entende a “conveniência e a necessidade” da proteção das reservas internacionais como instrumento de defesa do comércio exterior e da garantia de que o país não conviverá com uma crise cambial. “Este posicionamento é importante também para os par-

ceiros brasileiros e não apenas para o governo brasileiro”, sintetizou.

A estratégia do governo é a de seguir na linha de privilegiar as reservas internacionais, deixando claro que a disposição de concretizar os pagamentos do próximo mês estarão na dependência direta deste “nível satisfatório” das reservas, que extraoficialmente se define como de cerca de US\$ 6 bilhões. Nesse ponto, o ministro foi bastante claro: “O Brasil vai proteger suas reservas. Se estiverem em um nível satisfatório capaz de manter tranquilidade e segurança às transações internacionais (importações obrigatórias), os juros devidos serão pagos. Caso contrário, continuaremos conversando com os bancos.”